

VIII.contribuir na coleta mensal de água dos prédios, e semestralmente dos reservatórios para estudo microbiológico;
IX.responsabilizar-se pela manutenção, limpeza e troca de filtros dos aparelhos condicionadores de ar, conforme recomendações do Ministério da Saúde;
X.responsabilizar-se pelo adequado funcionamento das autoclaves e de destiladores(se houver) através da manutenção preventiva ou corretiva.

Representantes das Coordenações de Internação, Ambulatório.
I.contribuir na implantação e adequação das medidas de isolamento de pacientes com doenças de transmissão intra-hospitalar.
II.definir, em cooperação com o grupo executor, políticas de padronização e compra de materiais médico-hospitalares para a respectiva Coordenação.

Representante do Serviço de Enfermagem
I. Contribuir na implantação e adequação das medidas de isolamento de pacientes com doenças de transmissão intra-hospitalar.
II. Contribuir na emissão de parecer técnico sobre todos os produtos químicos esterilizantes, desinfetantes, detergentes, anti-sépticos usados na limpeza e desinfecção de superfícies e artigos hospitalares.
III Contribuir na responsabilidade pela qualidade das diluições das soluções desinfetantes e anti-sépticas utilizadas nas unidades clínicas e central de material
IV. Definir, em cooperação com o grupo executor, políticas de padronização e compra de materiais médico-hospitalares.

Representante do Serviço de Pediatria
I. Auxiliar no planejamento de ações voltadas ao publico neonatal e pediátrico;
II. Auxiliar no treinamento de ações na prevenção de infecção neste publico.

CAPÍTULO IV
Disposições Gerais

Artigo 24º - Será dispensado o componente que, sem motivo justificado, deixar de comparecer a seis reuniões consecutivas ou intercaladas no período de um ano.
Artigo 25º - As funções dos membros da CCIH não serão remuneradas;
Artigo 26º - A CCIH convidará pessoas ou entidades que possam colaborar com o desenvolvimento dos seus trabalhos, sempre que julgar necessário.
Artigo 27º - A Direção poderá a qualquer tempo e por motivo justificado, promover a substituição dos integrantes da CCIH.
Artigo 28º - Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento Interno serão dirimidos pelo Presidente da CCIH e em grau de recurso pela Direção do Hospital Mater Clin.

Representante da Central de Esterilização:
I.estabelecer as normas e rotinas da Central de Material e Esterilização;
II.estabelecer as rotinas do processo de validação da esterilização, mantendo os registros continuamente atualizados;
III.apresentar mensalmente à CCIH dados relativos ao acompanhamento da monitorização da esterilização;
IV.comunicar à CCIH as falhas nos equipamentos de esterilização, verificadas pela manutenção preventiva ou corretiva;
V.responsabilizar-se pela manutenção da qualidade e controle do processo de esterilização;
VI.responsabilizar-se pela qualidade das diluições das soluções desinfetantes e antissépticas utilizadas na Central.;

Representante do Serviço de Microbiologia (Laboratório)
I.elaborar e divulgar normas técnicas atualizadas para coleta de material para exames microbiológicos;
II.validar todas as técnicas utilizadas para o isolamento, identificação e testes de suscetibilidade dos microorganismos;
III.responsabilizar-se pelo funcionamento adequado do sistema automatizado de isolamento, identificação e teste de suscetibilidade dos microorganismos, validando-o;
IV.implantar técnicas atuais, eficazes e rápidas para isolamento e identificação dos microorganismos;
V.implantar técnicas atuais, eficazes e rápidas para a identificação e estudo da sensibilidade dos antimicrobianos;
VI.organizar arquivos de dados microbiológicos que permitam estudos e levantamentos, quando necessários;
VII.produzir e emitir diariamente para a CCIH o relatório de todos os microorganismos identificados.
VIII.comunicar à CCIH e a supervisora de enfermagem, diariamente, o crescimento de bactérias multi-resistentes em material clínico;
IX.auxiliar na identificação de possíveis surtos.

Representante do Serviço de Manutenção e Atividades Gerais
I.contribuir para a qualidade e monitoramento do processo de limpeza hospitalar, bem como do controle de vetores;
II.contribuir para monitorar e adequar o descarte e fluxo de material contaminado dentro do hospital;
III.contribuir para monitorar a qualidade da roupa hospitalar;
IV.contribuir para a adequação das medidas de isolamento de pacientes com doenças de transmissão intra-hospitalar;
V.monitorar os procedimentos de limpeza de forma a minimizar a dispersão de poeiras durante as atividades de engenharia;
VI.monitorar os procedimentos de limpeza de forma a manter a qualidade do ar nos diferentes ambientes do Instituto dentro das normas do Ministério da Saúde;
VII.responsabilizar-se pela limpeza sistemática dos reservatórios e distribuidores de água;

VIII.contribuir na coleta mensal de água dos prédios, e semestralmente dos reservatórios para estudo microbiológico;
IX.responsabilizar-se pela manutenção, limpeza e troca de filtros dos aparelhos condicionadores de ar, conforme recomendações do Ministério da Saúde;
X.responsabilizar-se pelo adequado funcionamento das autoclaves e de destiladores(se houver) através da manutenção preventiva ou corretiva.

Representantes das Coordenações de Internação, Ambulatório.
I.contribuir na implantação e adequação das medidas de isolamento de pacientes com doenças de transmissão intra-hospitalar.
II.definir, em cooperação com o grupo executor, políticas de padronização e compra de materiais médico-hospitalares para a respectiva Coordenação.

Representante do Serviço de Enfermagem
I. Contribuir na implantação e adequação das medidas de isolamento de pacientes com doenças de transmissão intra-hospitalar.
II. Contribuir na emissão de parecer técnico sobre todos os produtos químicos esterilizantes, desinfetantes, detergentes, anti-sépticos usados na limpeza e desinfecção de superfícies e artigos hospitalares.
III Contribuir na responsabilidade pela qualidade das diluições das soluções desinfetantes e anti-sépticas utilizadas nas unidades clínicas e central de material
IV. Definir, em cooperação com o grupo executor, políticas de padronização e compra de materiais médico-hospitalares.

Representante do Serviço de Pediatria
I. Auxiliar no planejamento de ações voltadas ao publico neonatal e pediátrico;
II. Auxiliar no treinamento de ações na prevenção de infecção neste publico.

CAPÍTULO IV
Disposições Gerais

Artigo 24º - Será dispensado o componente que, sem motivo justificado, deixar de comparecer a seis reuniões consecutivas ou intercaladas no período de um ano.
Artigo 25º - As funções dos membros da CCIH não serão remuneradas;
Artigo 26º - A CCIH convidará pessoas ou entidades que possam colaborar com o desenvolvimento dos seus trabalhos, sempre que julgar necessário.
Artigo 27º - A Direção poderá a qualquer tempo e por motivo justificado, promover a substituição dos integrantes da CCIH.
Artigo 28º - Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento Interno serão dirimidos pelo Presidente da CCIH e em grau de recurso pela Direção do Hospital Mater Clin.

Artigo 29º - O presente Regimento Interno poderá ser alterado, mediante proposta da CCIH, submetida à Direção do Hospital Mater Clin.

Aprovado pela Direção do Hospital E Clínica Mater Clin em 06/03/2007

Dr. Lamberto Henry
Diretor do Hospital e Clínica - Mater Clin

ATO DE CONSTITUIÇÃO E NOMEAÇÃO DA CCIH

O Diretor Geral do Hospital e Clínica MATER CLIN - Clínica Maternidade e Pronto Socorro S/C LTDA, Sr. LAMBERTO MARIO HENRY, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Portaria n.º 2.616/98 do Ministério da Saúde, Item 4, resolve designar: Lamberto Henry como representante da Direção; Andréia Leal da Silva representante do Serviço de Enfermagem , Afonso Teixeira Filho, representante da SOS Trabalhador; Dayse Sant'Anna representante da Central de Internações; Leni de Freitas representante do Serviço de Laboratório; Arcina Honorinda de Oliveira representante da Central de Material e Esterilização; Leni de Freitas representante do serviço Laboratório de Microbiologia; Elza Aparecida de Lima e José Arnaldo Pires Correia representantes do Serviço Administrativo e de Manutenção como Membros Consultores e Eduardo Nogueirol dos Santos, Danilo João Ricardo Geraldini, Fernanda Cavallante Moreira de Souza e Simone Suzana como Membros Executores, para sob a presidência de Eduardo Nogueirol dos Santos constituírem a Comissão de Controle de Infecção Hospitalar.

Rondonópolis em 06 de Março de 2007

LAMBERTO MARIO HENRY,
Diretor Geral



Diário Oficial

Órgão Informativo Oficial de Rondonópolis

Fundado em Dezembro de 2000

Ano VIII - Nº 1464 - Quarta-feira, 07 de Março de 2007

Poder Executivo

Lei

LEI Nº 5.070, DE 07 DE MARÇO DE 2007.

Dispõe sobre alterar a Lei Municipal nº 655 de 16 de outubro de 1979, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais...

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU PROMULGO E SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - O art. 4º da Lei Municipal nº 655 de 16 de outubro de 1979, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º - Os profissionais autônomos permissionários e condutores auxiliares, para exercerem as atividades, deverão cumprir às seguintes exigências:

I - Estar devidamente habilitado há no mínimo 01 (um) ano e apto para exercer atividade remunerada, em conformidade com a legislação federal;

II - Atestado de sanidade física e mental, fornecido por órgão ou profissional devidamente autorizado pelo órgão competente, apto para a atividade;

III - Comprovante de residência no município de Rondonópolis há, no mínimo, 02 anos, mediante declaração reconhecida em cartório;

IV - Certidão negativa de antecedentes criminais;

V - Certidão negativa de tributos municipais;

VI - Declaração da entidade representativa de classe, comprovando a regularidade junto à categoria;

VII - Certificado de Licenciamento e propriedade do veículo, em nome do permissionário ou, quando locado, cópia autenticada do contrato de locação;

VIII - Veículo com, no máximo, 03 (três) anos de uso;

IX - Certidão do órgão de trânsito que comprove não ter cometido infração grave ou gravíssima durante os últimos 12 meses;

X - Vistoria veicular aprovada.

XI - Ser maior de vinte e um anos;

Expediente

PREFEITO MUNICIPAL _____ Adilton Domingos Sachetti
Vice-Prefeito _____ Manoel Machado
Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social _____ Rosemari Linde Sachetti
Secretaria Municipal de Administração _____ Gastão de Matos
Secretaria Municipal de Agricultura e Pec. _____ Adão Hipólito G da Silva
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico _____ Elio Rásia
Secretaria Municipal de Educação _____ Javert de Melo Vieira
Secretaria Municipal Esporte, Cultura e Lazer _____ Rubson Pereira Guimarães
Secretaria Municipal de Finanças _____ Clóvis Gonçalves Vicentini
Secretaria Municipal de Governo _____ Ailton das Neves
Secretaria Municipal de Infra-Estrutura e Urbanismo _____ Nicolau Zaiden Neto
Secretaria Municipal de Meio Ambiente _____ Eugênia Lemos Barros Bárbara
Secretaria Municipal de Planejamento _____ Juarez Orsolin
Secretaria Municipal de Receita _____ Edenício Avelino Santos
Secretaria Municipal de Saúde _____ Fábio Roberto Ribeiro Cardozo
Secretaria Municipal Transporte, Trânsito e Desenv. Urbano _____ Alexandre de Azevedo Torres
Procuradoria Geral do Município _____ Adilon Pinto da Silva
CODER Cia Desenvolvimento Rondonopolis _____ Milton Luiz Araújo
Diário Oficial do Município _____ Luiz Antonio da Silveira Abreu
IMPRO _____ Josemar Ramiro e Silva
SANEAR _____ Marcos Antonio Ribeiro dos Reis
ServSaúde _____ Reginaldode SouzaSantos

XII - Ser aprovado em curso específico para o transporte de passageiros realizado em órgão credenciado ao sistema nacional de trânsito.

§1º A partir da chancela do Órgão Municipal com referência ao cumprimento das exigências deste artigo, o solicitante terá direito a exercer a atividade com autorização precária por 15 (quinze) dias, podendo ser renovada por igual período;

§2º Para fins de cadastramento, condutores que exercem a atividade por mais de um ano no município de Rondonópolis, devidamente cadastrados no órgão municipal competente, deverão apresentar a documentação exigida nos incisos I, II, VI, VII e X (*caput*).

§3º Caso o permissionário não exerça a atividade como condutor, fica dispensado das exigências citadas nos incisos deste artigo, para fins de cadastramento, sendo vedada a condução do veículo cadastrado, em qualquer hipótese”;

Art. 2º - O art. 14 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 14 O condutor de Táxi não está obrigado a efetuar o transporte de:

I - Pessoas que, quando solicitadas, não se identifiquem, especialmente após as 22 horas;

II - Pessoas apresentando sinais de embriagues, aparente desequilíbrio e exaltação;

III - Animais domésticos;

IV - Bagagens, cuja dimensão não comporte no compartimento adequado ou ainda, que comprometa a dirigibilidade do veículo;”

Parágrafo Único - É vedado acrescentar, à tarifa taximétrica, qualquer valor relativo ao transporte de bagagens”;

Art. 3º O art. 15 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 15 É obrigatório o cadastramento do condutor, em conformidade com o artigo 4º desta Lei, pelo órgão municipal competente que fornecerá a Carteira de identificação unificada e autorização para conduzir veículos, cadastrados no Órgão Executivo Municipal no transporte remunerado de passageiros (táxi);

§1º O permissionário deverá comunicar ao órgão municipal o desligamento de condutor, em ate 48 (quarenta e oito) horas, para que o mesmo seja excluído;

§2º A validade da Carteira de Identificação Unificada, de que trata o *caput* deste artigo, deve coincidir com a da Carteira Nacional de Habilitação;

DIORONDON

Filiado: ABIO-Associação Brasileira de Imprensas Oficiais
Impressão, Distribuição e Assinatura
Prefeitura Municipal de Rondonópolis - Av. Duque de Caxias,526
Vila Aurora - fone (66) 411-5285
CEP 78.740-100 - Rondonópolis - Mato Grosso - de 2ª a 6ª das 12 as 18h
Órgão criado pela Lei 3.366 de 7 de dezembro de 2000
Órgão de Responsabilidade da Secretaria Municipal de Governo: Ailton das Neves
Diário Oficial:Luiz Antonio da Silveira Abreu
Home page:www.rondonopolis.mt.gov.br
E-mail:diorondon@rondonopolis.mt.gov.br

Tabela de Preços do Diorondon			
Exemplar do dia no balcão	R\$ 0,50	Entrega domiciliar - Qualquer Município(via correio)	R\$160,00
Exemplar do dia anterior	R\$ 0,65		
Assinatura Semestral		Publicação de matérias de outros municípios e de terceiros: por centímetro linear de coluna	
retirada no balcão	R\$ 50,00		R\$ 1,20

§3º Ao condutor portador da Carteira de Identificação Unificada emitida pelo Órgão Expedidor Municipal, exercendo a atividade e cadastrado regularmente, é permitido conduzir eventualmente outro veículo, desde que com anuência do(s) permissionário(s), com assinatura reconhecida em cartório;

§4º O condutor que deixar a atividade e não estiver respondendo a procedimento administrativo junto ao órgão municipal de transporte, e postular sua reintegração dentro de até 45 (quarenta e cinco) dias, fica dispensado do disposto no artigo 4º desta Lei, desde que haja vaga disponível no limite de até 02 condutores auxiliares por veículo;

§5º A carteira de identificação de que trata este artigo, de porte obrigatório, deverá conter número de registro do condutor com fotografia e ser afixada em local de fácil visibilidade ao passageiro e à fiscalização;

§6º O permissionário e condutores cadastrados deverão apresentar a certidão de antecedentes criminais a cada 03 (três) anos”;

Art. 4º O art. 17 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 17 Os veículos aprovados na vistoria prévia a serem utilizados no serviço definido por esta Lei, deverão estar licenciados na categoria aluguel (táxi).

§1º Será permitida autorização para veículos de 02(duas) ou 04(quatro) portas, a critério do Órgão executivo Municipal;

§ 2º A vistoria prévia deverá ser renovada anualmente em período a ser definido pelo Órgão Municipal, não inferior a 30(trinta) dias;

§3º A vistoria ou documento que ateste a mesma, deverá ser afixada no veículo em local visível ao usuário e à fiscalização, e fornecida pelo órgão fiscalizador, sem custos adicionais”;

Art. 5º O art. 18 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 18 Os veículos pertencentes às empresas ou associações de permissionários poderão ser dotados de sistema de comunicação via rádio, desde que com autorização do órgão regulador competente, sob pena de apreensão até a regularização”;

Art. 6º Dá nova redação a alínea “c”, suprime as alíneas “f” e “g” e acrescenta parágrafo único ao art. 19, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 19. ...

- a)
- b)
- c) Carteira de Identificação Unificada.
- d)
- e)
- f) suprime-se
- g) suprime-se

Parágrafo único - Os documentos referidos neste artigo deverão ser apresentados, obrigatoriamente, em seu original ou, em caso de extravio, em “2ª Via”.

Art. 7º O art. 25 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 25 O Órgão Executivo Municipal deverá, atendidas as condições de segurança, estabelecer pontos de parada para embarque e desembarque de passageiros, especialmente idosos e portadores de necessidades especiais;

§1º Em até 30 (trinta) dias, após a publicação desta Lei, o Órgão Executivo Municipal deverá delimitar, no mínimo, 01 (uma) vaga por quadra no quadro de estacionamento central a fim de atender o disposto neste artigo.

§2º As vagas delimitadas serão utilizadas exclusivamente para o embarque e desembarque de passageiros pelo período necessário, sendo vedado o estacionamento, sob qualquer aspecto;

§3º Os locais destinados para carro-forte, farmácia, poderão ser extensivos ao embarque e desembarque, a critério do Órgão Executivo Municipal”.

Art. 8º O art. 27 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 27 As tarifas inerentes à atividade de transporte individual de passageiros serão definidas, por solicitação fundamentada da categoria e, posterior comprovação de elevação dos custos, por equipe técnica designada pelo órgão gestor, publicadas via decreto”.

Art. 9º O §1º do artigo 36 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 36...

§1º Sendo o infrator permissionário ou condutor auxiliar, terão as autorizações cassadas se envolverem, comprovadamente, em crimes hediondos, equiparados a hediondos e corrupção de menores ou ainda, suspensas, se estiverem impedidos de exercer a atividade ou à disposição da justiça”.

Art. 10 O art. 40 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 40 Os permissionários deverão emitir autorização para conduzir veículo ao(s) condutor(es) auxiliar(es), sendo condutor regular ou eventual, observando o disposto no §4º do artigo 15 desta Lei”.

Art. 11 Revogam-se as disposições em contrário, especialmente os artigos 34 e 38 da Lei Municipal nº 655 de 16 de outubro de 1979.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e tem seus efeitos válidos para o recadastramento 2007 que será estendido até o final do mês de março, excepcionalmente.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 07 de março de 2007; 91º da Fundação e
53º da Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada
no DIORONDON.

AILTON DAS NEVES
Secretário Municipal de Governo

Portaria

PORTARIA Nº 8.813, DE 02 DE MARÇO DE 2007.

Dispõe sobre retificação da Portaria nº 2.114 de 10 de agosto de 1992, que dispõe sobre Aposentadoria por Invalidez a Sra. TEREZINHA DE LIMA OLIVEIRA.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI, PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Art. 1º O art. 1º da Portaria nº 2.114 de 10 de agosto de 1992, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Conceder Aposentadoria por invalidez a Sra. Terezinha Lima Oliveira, Servidora admitida conforme CTFS e Contrato de Trabalho em 01/03/1988, Regime de CLT – não Estável, Matrícula nº 33774, cargo de Auxiliar de Serviços Diversos – 3º, Nível I, Ref. 107, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com proventos integrais, com base no art. 132, I da Lei Orgânica do Município, art. 1º, § 1º, da Lei Complementar nº 003/2000 (Estatuto dos Servidores da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Município de Rondonópolis) e alterações, art. 12, I, “a” e art. 14 ambos da Lei nº 4.614/2005, art. 40, § 1º, inciso I, da CF/88, (Redação Original)”.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 02 de março de 2007; 91º de Fundação e
53º de Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada
no DIORONDON.

GASTÃO DE MATOS
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 8.817, DE 05 DE MARÇO DE 2007.

Dispõe sobre a TRANSFERÊNCIA do Sr. JOSÉ CARLOS GOMES da Secretaria Municipal de Educação para Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito, e dá outras providências.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI, PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, usando das atribuições que lhes são conferidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1º - TRANSFERIR o Sr. JOSÉ CARLOS GOMES do cargo de Agente de Vigilância, Matrícula nº 20206, da Secretaria Municipal de Educação para Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 05 de março de 2007; 91º da Fundação e
53º da Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada
no DIORONDON.

GASTÃO DE MATOS
Secretário Municipal de Administração

a. taxa de infecção hospitalar por patologia;

b. taxa de infecção hospitalar por paciente;

c. estrutura percentual das várias localizações topográficas no paciente;

d. taxas de infecções hospitalares por procedimentos de risco selecionados pela Comissão de Controle de Infecção Hospitalar;

e. Taxa de consumo por antimicrobianos;

X. Elaborar semestralmente, relatório com coeficiente de sensibilidade /resistência dos germes mais freqüentemente encontrados associados a infecções hospitalares, e aos antimicrobianos padronizados;

XI. Promover medidas de contenção de surtos infecciosos que venham a ocorrer no Instituto (área de internação, centro cirúrgico e ambulatorial), propondo medidas a serem executadas;

XII. Emitir parecer técnico sobre a aquisição de materiais de consumo, equipamentos cujo uso possa prevenir a infecção hospitalar;

XIII. Supervisionar, na Central de Material e Esterilização (CME), as condições de armazenamento de materiais de consumo previamente esterilizado, a fim de garantir a validade da mesma;

XIV. Promover a formação, treinamento e aprimoramento de recursos humanos na área de infecção hospitalar;

XV. Estabelecer normas referentes à problemática de infecção hospitalar nos setores de manutenção de equipamentos, rouparia, lavanderia, materiais de consumo, esgoto, ar condicionado, cozinha, lixo, transporte, limpeza, desinfecção e esterilização;

XVI. Examinar, proceder e monitorar à adequação de projetos de modificação de planta física, no tocante às infecções hospitalares;

XVII. Propor, em conjunto com o Serviço de Vigilância Sanitária, medidas necessárias à prevenção e controle de doenças infecciosas;

XVIII. Zelar pelo cumprimento das normas regionais, nacionais e internacionais relativas ao controle de infecção hospitalar.

Art. 18º - Ao Diretor do Hospital compete:

- I. Constituir formalmente a CCIH.
- II. Nomear os componentes da CCIH por meio de portaria.
- III. Propiciar a infra-estrutura necessária à correta operacionalização da CCIH.
- IV. Aprovar e fazer respeitar o regimento interno da CCIH.

V. Garantir a participação do Presidente da CCIH nos órgãos colegiados deliberativos e formuladores de política da instituição, bem como por

exemplo, o conselho deliberativo, e demais comitês envolvidos diretamente ou indiretamente no referido programa.

VI. Garantir o cumprimento das recomendações formuladas pela Coordenação Municipal, Estadual/Distrital de Controle de Infecção Hospitalar.

VII. Informar o órgão oficial municipal ou estadual quanto à composição da CCIH, e às alterações que venham a ocorrer.

VIII. Fomentar a educação e o treinamento de todo o pessoal hospitalar.

SEÇÃO II

ATRIBUIÇÕES DOS INTEGRANTES DA CCIH

Artigo 19º - Ao Presidente incumbe dirigir, coordenar e supervisionar as atividades da CCIH, especificamente:

I - representar a CCIH em suas relações internas e externas;

II - instalar a Comissão e presidir suas reuniões;

III - promover a convocação das reuniões;

IV - tomar parte nas discussões e votações e, quando for o caso, exercer direito do voto de desempate;

V - indicar membros para realização de estudos, levantamentos e emissão de pareceres necessários à consecução da finalidade da Comissão;

VIII - promover a interação do Grupo Consultor com o Grupo Executor.

Parágrafo Único - Cabe ao Vice-Presidente substituir o Presidente em seus impedimentos.

Artigo 20º - Aos membros da CCIH incumbe:

I - estudar e relatar nos prazos estabelecidos, as matérias que lhe forem atribuídas pelo Presidente;

II - comparecer às reuniões, relatando os expedientes, proferindo voto ou pareceres e manifestando-se a respeito de matérias em discussão;

III - requerer votação de matéria em regime de urgência;

IV - desempenhar as atribuições que lhes forem atribuídas pelo Presidente;

V - apresentar proposições sobre as questões atinentes à Comissão.

Artigo 21º - À Secretária da CCIH incumbe:

I - assistir as reuniões;

II - encaminhar o expediente da CCIH;

III - preparar o expediente da CCIH;

IV - manter controle dos prazos legais e regimentais referentes aos processos de que devam ser examinados nas reuniões da Comissão;

V - providenciar a confecção de documentos redigidos (MEMOs) pela CCIH, e distribuição a Direção e demais serviços, setores e coordenações;

VI - lavrar termos de abertura e encerramento dos livros de ata, de protocolo, de registro de atas, e de registro de deliberações, rubricando-os e mantendo-os sob vigilância;

VII - transcrever o relatório trimestral das atividades da Comissão;

VIII - lavrar e sinar as atas de reuniões da Comissão;

IX - providenciar, por determinação do Presidente, a convocação das sessões extraordinárias;

X - discutir aos Membros da CCIH a pauta das reuniões;

XI - organizar dados e arquivos.

SEÇÃO III

COMPETÊNCIAS DA COMISSÃO DE CONSULTORES

Artigo 22º - Competências gerais dos Consultores:

I. participar das reuniões da CCIH;

II. Articular-se com o grupo executor observando as diretrizes traçadas por este, para a ação de controle das infecções hospitalares no respectivo instituto;

III. Implementar no respectivo instituto o programa de controle das infecções hospitalares adotados pela CCIH;

IV. Articular-se com o Grupo Executor, no sentido da atualização de recursos técnicos, materiais e humanos com vistas ao eficiente controle das infecções hospitalares;

V. estender todas as decisões tomadas nas reuniões às áreas de atuação e outras que tenham atividades subsidiárias ou complementares;

VI. Emitir relatório para a CCIH quando da ocorrência de situações problema dentro da área de sua competência.

Artigo 23º - Competências específicas dos Consultores:

Representante da Direção:

I. contribuir para manter a autoridade máxima da Instituição informado, no que diz respeito as ações de prevenção e controle das infecções hospitalares;

II. colaborar com a CCIH na implantação das ações de prevenção e controle das infecções hospitalares.

Representante do Setor Segurança do Trabalho:

I. promover a formação, treinamento e aprimoramento de pessoal em Biossegurança;

II. Propor, elaborar, implementar e supervisionar a aplicação de normas de biossegurança visando a prevenção das infecções hospitalares;

III. Implementar ações de prevenção em acidentes de trabalho direcionada a infecção hospitalar.

Representante do Serviço de Farmácia:

I. cooperar com as normas de padronização do uso de antimicrobianos adotadas;

II. Auxiliar no monitoramento do programa de racionalização de uso de antimicrobianos e germicidas, em cooperação com o Grupo Executor;

III. Elaborar levantamento do consumo de antimicrobianos e informar à CCIH;

IV. Comunicar diariamente à CCIH a falta de antimicrobianos, esterilizantes e germicidas padronizados;

V. Responsabilizar-se pela qualidade das diluições das soluções desinfetantes e anti-sépticas utilizadas;

VI. Emitir parecer técnico sobre todos os produtos químicos esterilizantes, desinfetantes, detergentes, anti-sépticos usados na limpeza e desinfecção de superfícies e artigos hospitalares;

PORTARIA Nº 8.822, DE 07 DE MARÇO DE 2007.

Dispõe sobre nomear a Sra. LEONIRA MOURÃO SILVA para exercer o cargo em comissão de Auxiliar de Serviços Diversos do Programa de Saúde da Família - PSF, e dá outras providências.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI, PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Sra. LEONIRA MOURÃO SILVA para exercer o cargo em comissão de Auxiliar de Serviços Diversos do Programa de Saúde da Família - PSF, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02/03/2007.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 07 de março de 2007; 91º da Fundação
e 53º da Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada
no DIORONDON.

GASTÃO DE MATOS
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 8.823, DE 07 DE MARÇO DE 2007.

Dispõe sobre nomear a Sra. TÂNIA MARA BRUSCAGIM para exercer o cargo em comissão de Enfermeira do Programa de Saúde da Família - PSF, e dá outras providências.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI, PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Sra. TÂNIA MARA BRUSCAGIM para exercer o cargo em comissão de Enfermeira do Programa de Saúde da Família - PSF, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06/03/2007.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 07 de março de 2007; 91º da Fundação
e 53º da Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada
no DIORONDON.

GASTÃO DE MATOS
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 8.824, DE 07 DE MARÇO DE 2007.

Dispõe sobre nomear a Sra. VERÔNICA FARIAS PEREIRA para exercer o cargo em comissão de Auxiliar de Consultório Dentário do Programa de Saúde da Família - PSF / Bucal, e dá outras providências.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI, PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Sra. VERÔNICA FARIAS PEREIRA para exercer o cargo em comissão de Auxiliar de Consultório Dentário do Programa de Saúde da Família - PSF / Bucal, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06/03/2007.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 07 de março de 2007; 91º da Fundação
e 53º da Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada
no DIORONDON.

GASTÃO DE MATOS
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 8.825, DE 07 DE MARÇO DE 2007.

Dispõe sobre nomear o Sr. CLAUDIO MARCELO MOREAL para exercer cargo em comissão de Médico do Programa de Saúde da Família - PSF, e dá outras providências.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI, PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Sr. CLAUDIO MARCELO MOREAL para exercer o cargo em comissão de Médico do Programa de Saúde da Família - PSF, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/03/2007.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 07 de março de 2007; 91º da Fundação
e 53º da Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada
no DIORONDON.

GASTÃO DE MATOS
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 8.826, DE 07 DE MARÇO DE 2007.

Dispõe sobre nomear a Sra. KAREN CRISTINA BORGES LEAL GUEDES para exercer cargo em comissão de Gerente de Divisão de Documentação e Análise, e dá outras providências.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI, PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Sra. KAREN CRISTINA BORGES LEAL GUEDES para exercer o cargo em comissão de Gerente de Divisão de Documentação e Análise, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02/03/2007.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 07 de março de 2007; 91º da Fundação
e 53º da Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada
no DIORONDON.

GASTÃO DE MATOS
Secretário Municipal de Administração

Consele

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
FUNCIONAL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO
INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL - CONSEDE



À Secretaria Municipal de Administração

PARECER Nº 042/2007

Em reunião realizada no dia 22/02/07, os membros do CONSEDE analisaram o requerimento do(a) MARIA CRISTIANA DA SILVA VILELA - MAT. 17965, lotada na RUBEM ALVES - EMEI (N. S. AMPARO), que solicita a prorrogação por mais seis meses do afastamento para qualificação profissional: **FORMAÇÃO DE PROFESSORES E ORGAN. ESCOLAR**, conforme documentos comprobatórios da UFMT, apresentados.

Diante do exposto e de acordo com o artigo 52, § 1º da Lei Complementar n.º 003/2000, **somos de Parecer Favorável pela prorrogação do afastamento do(a) servidor(a), pelo período de 07/03/07 à 06/09/07, e/ou até a data da defesa da sua dissertação (o que ocorrer primeiro)**, conforme publicação no diário oficial do município.

Rondonópolis, 22 de fevereiro de 2007

EUDIR SANTANA DE ALMEIDA
MEMBRO

RENATO PROCHNOW
MEMBRO

MARIA APARECIDA PEREIRA DOS SANTOS
MEMBRO

MÁRCIA DIAS SILVA GUZELINI
RELATORA

MESSIAS TAVES DE SOUZA
MEMBRO

VITORIA RODRIGUES DA SILVA
PRESIDENTE

Ciência do Secretário em 05/03/2007

Dr. JAVERT MELO VIEIRA
SECRETÁRIO MUN. DE EDUCAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
FUNCIONAL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO
INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL - CONSEDE



À Secretaria Municipal de Administração

PARECER Nº 042/2007

Em reunião realizada no dia 22/02/07, os membros do CONSEDE reanalisaram o Parecer 040/2006 da MARGARETE FATIMA PAULETO SALES E SILVA - MAT. 14060, lotada na DULC. CASCÃO - EM, que solicita afastamento para qualificação profissional: **EDUCAÇÃO E LINGUAGEM**, conforme documentos da UFMT apresentados.

Diante do exposto e de acordo com o artigo 52, § 1º da Lei Complementar n.º 003/2000, **somos de Parecer Favorável ao afastamento do(a) servidor(a), pelo período "retificado" de 02 anos a contar de 05/03/07 à 04/03/09 e/ou até a data da defesa da sua dissertação (o que ocorrer primeiro)**, conforme publicação no diário oficial do município.

Contudo, fica a servidora ciente de que, ao efetivar e renovar sua matrícula semestralmente, junto à UFMT, deverá encaminhar a este Conselho a cópia da mesma.

Rondonópolis, 22 de fevereiro de 2007.

EUDIR SANTANA DE ALMEIDA
MEMBRO

RENATO PROCHNOW
MEMBRO

MARIA APARECIDA PEREIRA DOS SANTOS
MEMBRO

MÁRCIA DIAS SILVA GUZELINI
RELATORA

MESSIAS TAVES DE SOUZA
MEMBRO

VITORIA RODRIGUES DA SILVA
PRESIDENTE

Ciência do Secretário em 05/03/2007

Dr. JAVERT MELO VIEIRA
SECRETÁRIO MUN. DE EDUCAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
FUNCIONAL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO
INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL - CONSEDE



À Secretaria Municipal de Administração

PARECER Nº 043/2007

Em reunião realizada no dia 22/02/07, os membros do CONSEDE analisaram o requerimento do(a) TEREZA LEONES MONTEIRO - MAT. 3474634746, lotada na EDIVALDO - EM, que solicita afastamento para qualificação profissional: **MOVIMENTOS SOCIAIS, POLÍTICA E EDUCAÇÃO POPULAR**, conforme documentos da UFMT apresentados.

Diante do exposto e de acordo com o artigo 52, § 1º da Lei Complementar n.º 003/2000, **somos de Parecer Favorável ao afastamento do(a) servidor(a), pelo período de 02 anos a contar de 05/03/07 à 04/03/09 e/ou até a data da defesa da sua dissertação (o que ocorrer primeiro)**, conforme publicação no diário oficial do município.

Contudo, fica a servidora ciente de que, ao efetivar e sempre que renovar sua matrícula junto à UFMT, deverá encaminhar a este Conselho a cópia da mesma.

Rondonópolis, 22 de fevereiro de 2007

EUDIR SANTANA DE ALMEIDA
MEMBRO

RENATO PROCHNOW
MEMBRO

MARIA APARECIDA PEREIRA DOS SANTOS
MEMBRO

MÁRCIA DIAS SILVA GUZELINI
RELATORA

MESSIAS TAVES DE SOUZA
MEMBRO

VITORIA RODRIGUES DA SILVA
PRESIDENTE

Ciência do Secretário em 05/03/2007

Dr. JAVERT MELO VIEIRA
SECRETÁRIO MUN. DE EDUCAÇÃO

Informativo



COMISSÃO DE CONTROLE DE INFECÇÃO HOSPITALAR DO HOSPITAL MATER CLIN – CLÍNICA MATERNIDADE E PRONTO SOCORRO REGIMENTO INTERNO

CAPÍTULO I

CATEGORIA E FINALIDADES

Artigo 1º - A Comissão de Controle de Infecção Hospitalar - CCIH, do HOSPITAL MATERCLIN – CLÍNICA MATERNIDADE E PRONTO SOCORRO S/C LTDA é de natureza técnico-científica permanente, nos termos da Lei nº. 9.431, de 06 de janeiro de 1997 (Portaria nº 2616/GM de 12 de maio de 1998).

Artigo 2º - A CCIH tem por finalidade o desenvolvimento do programa de controle de infecções hospitalares.

§ 1º - Considera-se programa de controle de infecções hospitalares o conjunto de ações desenvolvidas deliberada e sistematicamente com vistas à redução máxima possível da incidência e da gravidade das infecções hospitalares.

§ 2º - Entende-se por infecção hospitalar, também denominada institucional ou nosocomial, qualquer infecção adquirida após a internação de um paciente em hospital e que se manifeste durante a internação ou mesmo após a alta, quando puder ser relacionada com a hospitalização, e não estiver relacionada ao período de incubação de infecção de origem comunitária.

§ 3º - A CCIH funciona como órgão de assessoria junto à Direção Geral e de execução das ações de controle de infecção hospitalar, estando assegurada sua autonomia funcional junto aos setores estratégicos para o controle das infecções hospitalares.

CAPÍTULO II

ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO

SEÇÃO I

ESTRUTURA

Artigo 3º - A estrutura da CCIH compreende:

I – Grupo Executor;

II - Grupo Consultor.

Artigo 4º - A fim de assegurar o suporte técnico, científico e operacional indispensável à eficiência da CCIH, a Direção, através do Serviço de Apoio Administrativo proporcionará a infra-estrutura necessária.

Artigo 5º - Os membros executores são encarregados da execução das ações programadas de controle de infecção definidas pela Comissão.

SEÇÃO II

COMPOSIÇÃO DO GRUPO EXECUTOR DA COMISSÃO DE CONTROLE DE INFECÇÃO HOSPITALAR

Artigo 6º - O Grupo Executor terá composição multidisciplinar e multiprofissional, devendo contar com 4 (quatro) componentes:

Artigo 7º - O Grupo executor é órgão e serviço da CCIH.

Composição do Grupo Executor:

Eduardo Nogueiro dos Santos – Medico Cirurgião

Danilo João Ricardo Geraldelli – Enfermeiro

Fernanda Cavalcanti – Farmacêutica Bioquímica

Simone Suzana - Nutricionista

Parágrafo Único - As indicações recaíram em técnicos e profissionais de nível superior dos Serviços e Coordenações envolvidas diretamente no referido programa.

Artigo 8º - As indicações para integrar a CCIH serão apresentadas ao Conselho Administrativo do Hospital Mater Clin.

§ 1º - O Presidente e o Vice-Presidente da CCIH serão indicados e designados pela Diretora do Hospital Mater Clin.

§ 2º - O Presidente e o Vice-Presidente serão membros nato da CCIH.

SEÇÃO III

COMPOSIÇÃO DO GRUPO DE CONSULTORES DA COMISSÃO DE CONTROLE DE INFECÇÃO HOSPITALAR

Artigo 9º - O Grupo de Consultores será constituído, no mínimo, pelos seguintes componentes:

A. Membros Consultores:

Dr. Lamberto Mario Heny	Representante da Direção
Tec. Enf. Andréia Leal da Silva	Representante do Serviço de Enfermagem
Afonso Teixeira Filho	Representante da SOS - Trabalhador
Dr.Dayse Sant 'Anna	Representante da Coordenação do Centro de Internação
Leny de Freitas	Representante da Coordenação do Centro de Laboratórios
Tec. Enf. Arcina Honorinda de Souza	Representante da Central de Material e Esterilização
Fernanda Cavalcante Moreira de Oliveira	Representante do Serviço de Farmácia
Simone Suzana	Representante do Serviço de Nutrição
Elza Aparecida de Lima e Jose Arnaldo Pires Correia	Representante do Serviço de Manutenção e Atividades Gerais
Dr. Ana Matiele	Representante do Serviço de Pediatria

§ 3º A Ordem do Dia será comunicada previamente a todos os membros, com antecedência mínima de dois dias para as reuniões ordinárias e de um dia para as extraordinárias.

Artigo 14º - Após a leitura do parecer, o Presidente ou o seu Suplente devem submetê-lo a discussão, dando a palavra aos membros que a solicitarem.

Artigo 15º - Após o encerramento das discussões, o assunto será submetido à votação.

Artigo 16º - A cada reunião os membros consignarão sua presença em folha própria e a secretária lavrará uma ata com exposição sucinta dos trabalhos, conclusões, deliberações e resoluções, a qual deverá ser assinada pelos membros presentes e pelo Presidente, quando de sua aprovação.

CAPÍTULO III

COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

SEÇÃO I

COMPETÊNCIAS DA CCIH

Artigo 17º - À CCIH compete:

I - estabelecer diretrizes para desenvolvimento do programa de controle de infecção hospitalar no Hospital Mater Clin:

a. Controle de MRSA;

b.Prevenção de transmissão aérea;

c.Treinamento do Serviço dos profissionais;

II - Elaborar planos de ação e estabelecer estratégias de atuação para controle das infecções hospitalares;

III - Elaborar programa de controle das infecções hospitalares com pesquisas multidisciplinares na linha de infecções hospitalares em pacientes críticos;

IV - Realizar investigação epidemiológica de surtos, sempre que indicado;

V - Elaborar, rever e atualizar normas, que visem a uniformização de medidas para a prevenção, controle e contenção das infecções hospitalares;

VI - Planejar normas para estudos e pesquisas epidemiológicas;

VII - Estabelecer programa de racionalização do uso de antimicrobianos;

VIII - Elaborar normas para promover educação do pessoal na área de infecção hospitalar;

IX – elaborar e divulgar relatórios contendo, no mínimo as seguintes informações, por serviço (unidade de internação) e referente a todo Instituto:

Artigo 10º - Os integrantes do Grupo de Consultores foram escolhidos pela Direção, sendo estes profissionais representantes dos Serviços e Coordenações envolvidos no referido programa.

SEÇÃO IV

FUNCIONAMENTO

Artigo 11º – A CCIH terá como sede uma sala do Departamento de Enfermagem, onde o grupo executor reunir-se-á, ordinariamente, pelo menos uma vez por mês e extraordinariamente quando convocada pela Diretora do Hospital Mater Clin, coordenador ou a requerimento de um de seus membros.

§ 1º - As deliberações tomadas deverão ser encaminhadas em forma de documentos (MEMOS) quando estiverem relacionados à criação e ou alterações nas normas e rotinas.

§ 2º - Os treinamentos para as diversas categorias profissionais e em diversos temas serão agendados previamente e comunicados em forma de documentos (MEMOS) as chefias de Serviços/Coordenações que deverão ser responsáveis pelo encaminhamento de sua equipe ao mesmo.

Artigo 12º- A CCIH observada à legislação vigente, estabelecerá normas complementares relativas ao seu funcionamento e a ordem dos trabalhos.

Artigo 13º - A seqüência das reuniões da CCIH será a seguinte;

I - verificação da presença do Presidente;

II - assinatura da Ata da reunião anterior;

III – leitura dos informes com discussão e votação dos temas: normas e padronizações, organização de campanhas, treinamentos e manuais, discussão de problemas que possam intervir na realização dos trabalhos e despacho do expediente;

IV - organização da pauta da próxima reunião;

V - ordem do dia compreendendo leitura, discussão e votação dos pareceres;

VI - distribuição de tarefa aos membros;

VIII - comunicação breve e franqueamento da palavra.

§ 1º Em caso de urgência ou de relevância de alguma matéria, a CCIH, por voto da maioria, poderá alterar a seqüência estabelecida neste artigo.

§ 2º. Qualquer membro poderá requerer ao Presidente, a qualquer tempo, que solicite o encaminhamento ou diligências de processos ou de consultas a outras pessoas ou instituições públicas ou privadas, nacionais e internacionais, para estudo, pesquisa ou informações necessárias à solução dos assuntos que lhes forem distribuídos, bem como solicitar o comparecimento de qualquer pessoa às reuniões para prestar esclarecimentos.

PORTARIA Nº 8.818, DE 06 DE MARÇO DE 2007.

Dispõe sobre a TRANSFERÊNCIA do Sr. LUIS SIQUEIRA DA SILVA da Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito para a Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI, PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, usando das atribuições que lhes são conferidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1º - TRANSFERIR o Sr. LUIS SIQUEIRA DA SILVA do cargo de Motorista, Matrícula nº 20877, da Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito para a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 06 de março de 2007; 91º da Fundação e 53º da Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada no DIORONDON.

GASTÃO DE MATOS
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 8.819, DE 06 DE MARÇO DE 2007.

Dispõe sobre a TRANSFERÊNCIA da Sra. DARLENE MARIA BÚFALO da Secretaria Municipal de Administração para a Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI, PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, usando das atribuições que lhes são conferidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1º - TRANSFERIR a Sra. DARLENE MARIA BÚFALO do cargo Secretária Escolar, Matrícula nº 58734, da Secretaria Municipal de Administração para a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 06 de março de 2007; 91º da Fundação e 53º da Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada no DIORONDON.

GASTÃO DE MATOS
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 8.820, DE 07 DE MARÇO DE 2007.

Dispõe sobre exonerar a Sra. FABIULA COSTA ANTONELLO do cargo em comissão de Enfermeira do Programa de Saúde da Família - PSF, e dá outras providências.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI, PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, usando das atribuições que lhes são conferidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a Sra. FABIULA COSTA ANTONELLO do cargo em comissão de Enfermeira do Programa de Saúde da Família – PSF, nomeada através da Portaria nº 8.399 de 06 de julho de 2006 / Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 05/03/2007.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 07 de março de 2007; 91º da Fundação e 53º da Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada no DIORONDON.

GASTÃO DE MATOS
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 8.821, DE 07 DE MARÇO DE 2007.

Dispõe sobre nomear a Sra. HONISIA ARANTES KLIMACHESKI para exercer o cargo em comissão de Agente de Saúde Ambiental, e dá outras providências.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI, PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, usando das atribuições que lhes são conferidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Sra. HONISIA ARANTES KLIMACHESKI para exercer o cargo em comissão de Agente de Saúde Ambiental, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/03/2007.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 07 de março de 2007; 91º da Fundação e 53º da Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada no DIORONDON.

GASTÃO DE MATOS
Secretário Municipal de Administração